



Regulação Emocional Infantil: Uma Revisão Integrativa da Literatura Brasileira

Children's Emotional Regulation: An Integrative Review of Brazilian Literature

Regulación Emocional Infantil: Una Revisión Integrativa de la Literatura Brasileña

Leticia Oliveira da Silva ^a, Luciana Fontes Pessôa ^a

^a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

A regulação emocional é uma importante ferramenta que auxilia na adaptação dos indivíduos aos seus contextos sociais. Com o objetivo de analisar estudos brasileiros atuais sobre regulação emocional infantil, foi realizada uma revisão integrativa da literatura dos últimos 10 anos. A busca foi realizada por meio do Portal de Periódicos CAPES, Scielo e LILACS, onde foi utilizado o termo “regulação emocional” e seus sinônimos propostos pela Biblioteca Virtual da Saúde. A partir dos critérios de inclusão e exclusão, 20 artigos foram selecionados e analisados. Foi observado que, embora nos últimos anos a produção sobre o tema seja crescente, pesquisas cuja temática central são a regulação emocional infantil ainda são escassas. Notou-se também a multiplicidade de teorias e métodos empregados, embora abordagens cognitivas sejam mais utilizadas nesses estudos. Ademais, investigações quantitativas foram predominantes, apontando os esforços de pesquisadores brasileiros para produzir conhecimento pautado em amostras nacionais que considerem o contexto cultural.

Palavras-chave: regulação emocional, autocontrole, autorregulação, controle emocional.

Abstract

Emotional regulation is an important tool that helps individuals adapt to their social contexts. With the aim of analyzing Brazilian studies on child emotional regulation, an integrative literature review of the last 10 years was carried out. The search was carried out through the Portal de Periódicos CAPES, Scielo and LILACS, where the term “emotional regulation” and its synonyms proposed by the Virtual Health Library were used. Based on the inclusion and exclusion criteria, 20 articles were selected and analyzed. It was observed that, although production on the topic has been increasing in recent years, research whose central theme is children's emotional regulation is still scarce. It was also noted the multiplicity of theories and methods employed, although cognitive approaches are most used in these studies. Furthermore, quantitative investigations were predominant, highlighting the efforts of Brazilian researchers to produce knowledge based on national samples that consider the cultural context.

Keywords: emotional regulation, self-control, self-regulation, emotional control.

Endereço para correspondência: Leticia Oliveira da Silva - leticia-oliveira92@hotmail.com

Recebido em: 02/03/2023 - Aceito em: 09/09/2024

Financiamento: A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada pela bolsa de doutorado da primeira autora (CAPES).



Este artigo da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada.

Resumen

La regulación emocional es una herramienta importante que ayuda a los individuos a adaptarse a sus contextos sociales. Con el objetivo de analizar los estudios brasileños sobre regulación emocional infantil, se realizó una revisión integrativa de la literatura de los últimos 10 años. La búsqueda se realizó a través del Portal de Periódicos CAPES, Scielo y LILACS, donde se utilizó el término “regulación emocional” y sus sinónimos propuestos por la Biblioteca Virtual en Salud. Con base en los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron y analizaron 20 artículos. Se observó que, aunque la producción sobre el tema viene creciendo en los últimos años, las investigaciones cuyo tema central sea la regulación emocional infantil son aún escasas. También se destacó la multiplicidad de teorías y métodos utilizados, aunque en estos estudios se utilizan más enfoques cognitivos. Además, predominaron las investigaciones cuantitativas, apuntando a los esfuerzos de los investigadores brasileños por producir conocimiento a partir de muestras nacionales que consideren el contexto cultural.

Palabras clave: regulación emocional, autocontrol, autorregulación, control emocional.

Na literatura produzida sobre Regulação Emocional (RE) é possível observar o uso de diferentes termos empregados como sinônimos. Alguns estudos, por exemplo, utilizam expressões como “autorregulação emocional” (Baptista, Oliveira, Beluce, & Peixoto, 2021; Noronha, Baptista & Batista, 2019) e “controle emocional” (Batista & Tourinho, 2012) para se referirem a esse conceito. Além disso, pode-se notar que diferentes modelos teóricos e instrumentos são utilizados nos estudos de RE, embora, as teorias de Gross e John (2003) e Gratz e Roemer (2004) se destaquem como amplamente aceitas e utilizadas por muitos pesquisadores (Batista & Noronha, 2018). Tais teorias, de perspectivas cognitivistas, serão norteadoras do presente trabalho.

De acordo com Gross (1998), podemos definir a RE como um conjunto de estratégias utilizadas para diminuir, aumentar ou manter um ou mais componentes de uma resposta emocional. O autor compreende que as tendências de respostas emocionais são momentâneas, envolvendo mudanças neurofisiológicas, experienciais e comportamentais, e podem ser moduladas de maneira a determinar a configuração final da resposta emocional.

Nesse sentido, a RE consiste em um recurso fundamental para as exigências de adaptação do ser humano ao seu contexto social. São as estratégias de RE que auxiliam no desenvolvimento saudável e harmonioso das pessoas em seus diferentes ambientes de interação e atenuam o desenvolvimento de problemas de comportamento (Vieira et al., 2020). Além disso, elas também se revelam importantes na prevenção e diminuição de estados depressivos, ansiedade e comportamentos agressivos (Khakpoor, Saed & Kian, 2019; Machado & Mosmann, 2020).

Ao longo do desenvolvimento infantil, a RE passa por estágios de amadurecimento. Inicialmente, são os cuidadores principais quem desempenham a função de reguladores, atendendo com respostas ajustadas às necessidades infantis (Thomas et al., 2017). Mais tarde, continuam a influenciar o processo de regulação da criança mediante estratégias que assegurem

o seu bem-estar e que, ao mesmo tempo, promovam a socialização do comportamento emocional de acordo com as expectativas culturais (Melim, Matias, Ferreira, & Matos, 2019; Silva, Freire & Faria, 2018).

A partir da maturação neurológica, motora e cognitiva, a criança vai adquirindo, gradativamente e de forma progressiva, a capacidade de modular suas próprias emoções e cumprir normas de expressão, o que pode ser observado em torno dos cinco anos de idade (Rocha, Candeias & Silva, 2018). Mas entre seis e oito anos de idade ocorre uma mudança fundamental: a transição de uma compreensão comportamental para uma compreensão mental das emoções (Holodynski & Friedelmeier, 2010). Desta forma, a criança torna-se capaz de adotar estratégias de RE de cunho cognitivo.

Portanto, é essencial que as crianças possam desenvolver um bom repertório de estratégias de regulação, o que pode consistir numa importante forma de prevenção em relação a problemas de internalização e externalização (Khakpoor et al., 2019; Machado & Mosmann, 2020), assim como ser um caminho possível para o fortalecimento do bem-estar psicológico (Vitorino & Machado, 2018), aprimoramento de habilidades sociais e melhor desempenho escolar (Vieira et al., 2020).

Visto isso, embora pesquisas apontem a relevância dessa temática para os processos de desenvolvimento da criança, estudos brasileiros que se debruçam especificamente sobre a RE infantil ainda são escassos. Em revisão da literatura científica sobre RE, Batista e Noronha (2018) identificaram que a maioria das pesquisas investigaram amostras composta por adultos.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo identificar e analisar estudos brasileiros sobre a RE infantil realizados nos últimos 10 anos a fim de identificar lacunas na produção do conhecimento atual. Neste sentido, busca-se compreender melhor a produção científica nacional sobre o tema, levando em consideração os objetivos propostos e os métodos de investigação. Além disso, busca-se também identificar as principais abordagens teóricas utilizadas para compreensão da RE infantil e os principais resultados encontrados nesse campo.

Método

Para essa pesquisa, foi realizada uma revisão integrativa da literatura. Tal escolha se deu em função de ser caracterizada a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, uma vez que estudos experimentais e não-experimentais, assim como dados da literatura teórica e empírica podem ser incluídos, favorecendo uma compreensão mais completa do fenômeno (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

A revisão integrativa é realizada em seis etapas: 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) busca ou amostragem da literatura; 3) coleta de dados; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) discussão dos resultados; 6) apresentação da revisão integrativa (Souza et al., 2010).

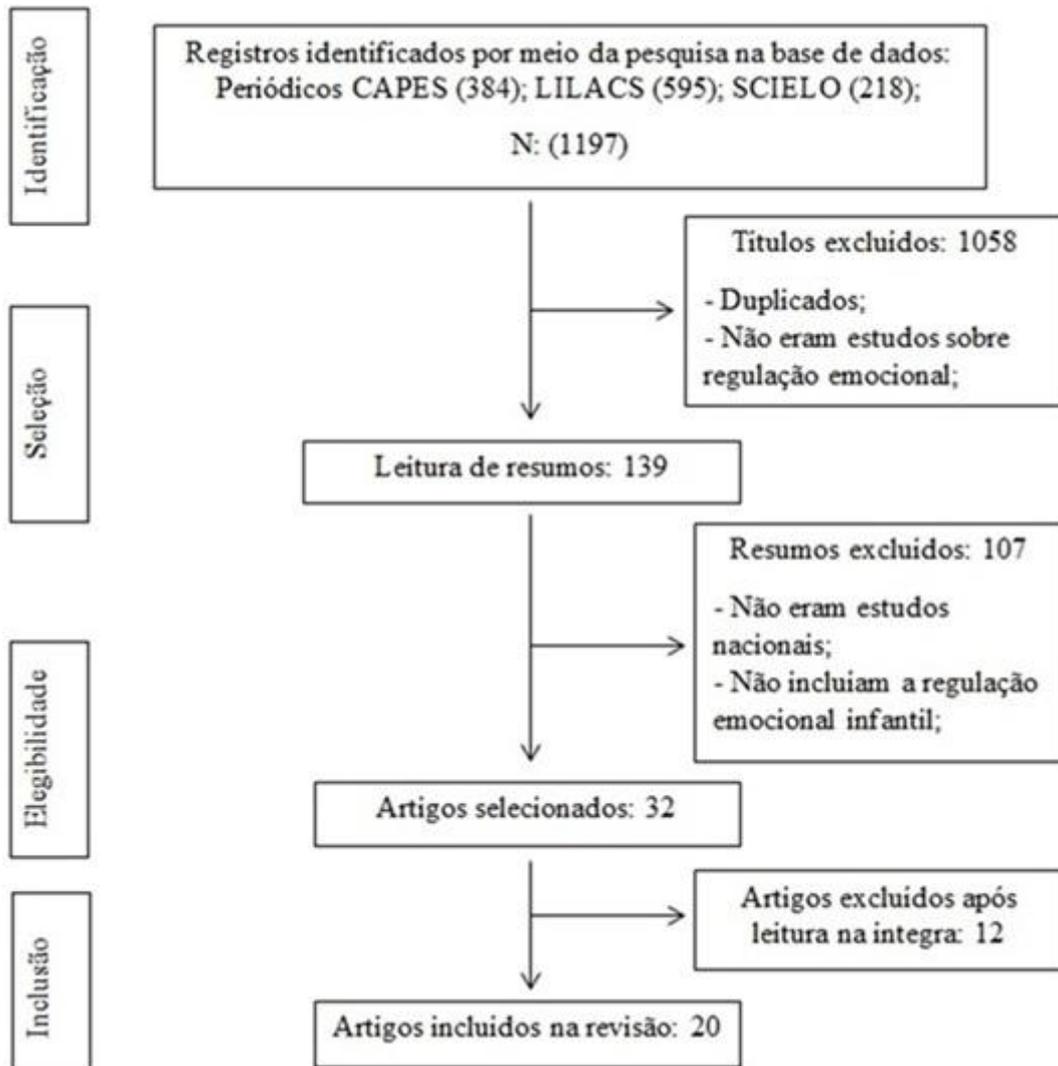
A pergunta que norteou a presente revisão foi “Quais são os objetivos e métodos adotados por estudos brasileiros para a investigação da RE infantil nos últimos 10 anos e as abordagens teóricas utilizadas para sua compreensão?”. A partir disso, uma busca dos estudos foi realizada no mês de janeiro de 2022 a partir de três bases indexadoras: Portal de Periódicos CAPES, Scielo e LILACS. Utilizou-se na busca o termo “regulação emocional” e seus sinônimos propostos pela Terminologia em Psicologia (Biblioteca Virtual da Saúde – BVS): “autocontrole”, “autorregulação” e “controle emocional”.

Em função dos objetivos do estudo, que visam mapear o conhecimento atual produzido na literatura nacional sobre RE infantil, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) estudos sobre RE; b) estudos brasileiros; c) estudos publicados nos últimos 10 anos. Além disso, como forma de garantir a validade e fidedignidade dos estudos analisados, foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão: a) literatura cinzenta; b) estudos que não incluem a RE infantil.

Tendo por base a pergunta norteadora, a eliminação de estudos duplicados e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, chegou-se ao número final de 20 estudos (ver Figura 1). Cada um dos artigos incluídos na revisão foi lido na íntegra pelos autores do presente estudo e seus dados coletados e analisados. A apresentação e discussão dessas análises estão descritas a seguir.

Figura 1

Fluxo da informação com as diferentes fases da revisão integrativa



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Resultados e Discussão

Características Gerais dos Estudos, Objetivos e Métodos de Investigação

Com base nos critérios de inclusão e exclusão, 20 artigos foram selecionados. Nas Tabela 1 e 2 estão listados os referidos artigos e suas respectivas características: autores e ano de publicação, objetivo e amostra de participantes.

Tabela 1

Artigos Selecionados, com Publicação a partir de 2019, e seus Respectivos Objetivos e Participantes

Autor e ano	Objetivo e participantes
Baptista et al. (2021)	Analisar se a depressão, a ansiedade, a percepção de suporte e a autorregulação emocional se modificam em função do gênero. Participaram crianças com média de 12,4 anos de idade.
Fonseca et al. (2021)	Avaliar o afeto positivo e negativo e as estratégias de regulação emocional em crianças vítimas de abuso sexual. Participaram crianças de 8 a 12 anos de idade.
Heinen et al. (2021)	Avaliar os efeitos do protocolo preventivo da Terapia de Regulação Infantil nas competências socioemocionais. Participaram crianças de 7 a 9 anos de idade.
Souza et al. (2021)	Apresentar uma revisão da literatura de estudos com foco na relação entre regulação emocional materna e a regulação emocional infantil.
Bahia et al. (2020)	Comparar a percepção de pais sobre a regulação emocional dos filhos antes e durante a quarentena. Participaram pais/mães de crianças com 5 a 12 anos de idade.
Curvello e Mendes (2020)	Realizar uma revisão da literatura de publicações científicas sobre estratégias de regulação emocional de pais com relação a seus filhos.
Vieira et al. (2020)	Avaliar o impacto de intervenção de Regulação Emocional no desempenho escolar e Habilidades Sociais. Participaram crianças de 6 a 7 anos de idade e seus professores.
Costa e Fleith (2019)	Examinar a produção científica, através de revisão sistemática, acerca da predição do desempenho acadêmico por variáveis cognitivas e socioemocionais.
Motta e Romani (2019)	Identificar programas de intervenção de educação socioemocional realizados em escolas através de revisão da literatura.
Noronha, Baptista e Batista (2019)	Analisar características psicométricas da Escala de Autorregulação Emocional. Participaram crianças a partir de 8 anos de idade, adolescente e adultos.
Ricarte, Silva e Bueno (2019)	Investigar as propriedades psicométricas do Inventário de Regulação Emocional para Situações de Aprendizagem. Participaram crianças com média de 11,9 anos de idade.

Tabela 2

Artigos Selecionados, com publicação entre 2012 e 2018, e seus Respectivos Objetivos e Participantes

Autor e ano	Objetivo e participantes
Batista e Noronha (2018)	Analisar a produção científica da autorregulação emocional, através de revisão da literatura, identificando os instrumentos que avaliam o construto.
Borges e Pacheco (2018)	Investigar a associação entre indicadores de depressão, autorregulação emocional e percepção de suporte familiar. Participaram crianças e adolescentes de 8 a 18 anos.
Gomes, Simonetti e Maidel (2018)	Fornecer um panorama geral acerca das Funções Executivas através de discussão teórica, focando, especialmente, nos processos cognitivos e na regulação emocional.
Suehiro, Boruchovitch e Schelini (2018)	Caracterizar estratégias de aprendizagem e de regulação emocional e examinar diferenças em razão do sexo, o ano escolar e da idade. Participaram crianças e adolescentes de 7 a 15 anos.
Damásio e Semente Educação (2017)	Validar a Bateria Semente de Avaliação de Habilidades Socioemocionais. Participaram crianças e adolescentes de 10 a 16 anos.
Linhares e Martins (2015)	Fazer uma revisão temática sobre o conceito de autorregulação no desenvolvimento de crianças.
Gomes, Crepaldi e Brigas (2013)	Investigar o engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em crianças. Participaram crianças de 4 a 6 anos de idade.
Macedo e Sperb (2013)	Investigar a relação entre a conversação sobre emoções entre pais e filhos e a regulação de emoções de tristeza e raiva da criança. Participaram crianças de 10 a 13 anos de idade.
Batista e Tourinho (2012)	Discutir algumas direções para a interpretação analítico-comportamental do autocontrole emocional através de discussão teórica.

A maior parte dos estudos foi publicada a partir de 2018 (15 estudos), sendo quatro publicados no ano de 2021, três no ano de 2020, quatro no ano de 2019 e quatro no ano de 2018. Nos anos anteriores, um estudo foi publicado em 2017, um em 2015, dois estudos em 2013 e um estudo em 2012. Tais resultados parecem apontar para um possível crescimento do interesse de pesquisadores brasileiros no estudo da RE infantil, principalmente nos últimos quatro anos.

Contudo, ao analisar os objetivos desses estudos, pode-se perceber que nem sempre a RE infantil surge como o principal foco de investigação. Em apenas 11 dos estudos identificados, a temática é abordada de forma central (Bahia et al., 2020; Baptista et al., 2021; Lima & Pacheco, 2018; Curvello & Mendes, 2020; Fonseca, Ferreira, Zimmer, & Paludo, 2021;

Macedo & Sperb, 2013; Noronha et al., 2018; Ricarte, Silva & Bueno, 2019; Souza, Mendes & Kappler, 2021; Suehiro, Boruchovitch & Schelini, 2018; Vieira et al., 2020).

Nos demais estudos, ou a RE é tratada de uma forma geral, sem se referir especificamente a RE infantil (Batista & Noronha, 2018; Batista & Tourinho, 2012) ou como um dos componentes das habilidades socioemocionais (Costa & Fleith, 2019; Damásio & Semente Educação, 2017; Heinen, Souza, Deluca, Gusmão, & Oliveira, 2021; Motta & Romani, 2019), da autorregulação (Gomes, Crepaldi & Brigas, 2013; Linhares & Martins, 2015) ou, ainda, das funções executivas (Gomes, Simonetti & Maidel, 2018). Esses achados, em alguma medida, sugerem a importância de que continuem a ser realizadas investigações nas quais a RE infantil seja o foco principal.

Além disso, dos 12 estudos empíricos analisados, 10 foram realizados com crianças a partir dos seis anos de idade e apenas dois estudos incluíram crianças pré-escolares como participantes (menos de seis anos de idade). Uma forma de interpretar tal resultado é através do que a literatura aponta como idade estimada para o início da adoção de estratégias de RE de cunho cognitivo. De acordo com estudos anteriores, a transição entre a compreensão comportamental para uma compreensão mental das emoções ocorre entre seis e oito anos (Holodynski & Friedelmeier, 2010). Em função disso, é possível que amostras de participantes compostas por crianças acima de seis anos de idade sejam muito mais frequentes. No entanto, também há indícios na literatura que, embora a compreensão cognitiva ocorra posteriormente, o desenvolvimento da RE tem seu começo em fases iniciais da vida humana, nas quais os cuidadores primários possuem papel de reguladores externos (Rocha et al., 2018). Deste modo, tais dados apontam para a urgência de realização de novas pesquisas que investiguem a RE nos primeiros anos de vida da criança.

Em relação ao método de investigação, como pode ser observado na Figura 2, um estudo se caracterizou como revisão sistemática, quatro consistiram em revisões da literatura, três em estudos teóricos, um em estudo quali-quantitativo e 11 em estudos quantitativos. Tais resultados demonstram a diversidade de métodos possíveis para o estudo da RE infantil, o que pode estar associado às várias abordagens teóricas utilizadas para sua compreensão (Batista & Noronha, 2018).

Contudo, pode-se notar a prevalência de estudos quantitativos. É possível que essa prevalência se dê em função do esforço de produzir conhecimento sobre a RE infantil com base em resultados de amostras brasileiras. Pesquisas assim podem possibilitar a compreensão do fenômeno a partir do recorte cultural investigado e gerar contribuições que considerem aspectos do contexto brasileiro. Esses esforços se revelam de grande relevância já que as expectativas

culturais, que tendem a variar de acordo com o contexto, possuem um importante papel no processo de desenvolvimento da RE (Melim et al., 2019; Silva et al., 2018). Na medida em que diferentes culturas podem valorizar ou depreciar certas emoções, expectativas podem ser geradas sobre quais emoções devem ou não serem sentidas ou expressas, o que, por sua vez, pode influenciar nas estratégias de RE a serem adotadas.

Figura 2

Métodos de Investigação dos Artigos Incluídos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Por fim, em relação aos instrumentos usados para a avaliação da RE infantil (ver Figura 3), um estudo utilizou tarefas com histórias, três estudos utilizaram escalas de heterorrelato e, a grande maioria, utilizou escalas de autorrelato (oito estudos). Esse resultado pode indicar tanto um esforço para obter dados robustos que possam ser generalizados para a população investigada quanto um resultado em função das amostras serem compostas por crianças mais velhas e que já possuem amadurecimento cognitivo suficiente para responder escalas de autorrelato.

Figura 3

Instrumentos Utilizados nos Estudos Empíricos Incluídos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Ademais, apenas dois instrumentos foram utilizados em mais de um estudo: a Escala de Autorregulação Emocional - EARE (três estudos) e o Emotional Regulation Checklist - ERC (dois estudos). É possível que, de forma semelhante ao que ocorreu com os métodos de investigação, a heterogeneidade dos instrumentos esteja associada aos diversos campos teóricos que se propõem a compreender o processo de RE (Batista & Noronha, 2018).

Abordagens Teóricas Adotadas pelos Estudos

A partir dos estudos selecionados, foi possível observar que diversas teorias têm sido utilizadas para a compreensão da RE, o que pode ser notado, inclusive, na ausência de um consenso sobre o termo “regulação emocional”. Na literatura, é possível encontrar sinônimos como autorregulação emocional, autocontrole emocional, entre outros, para referenciar o mesmo conceito (Batista & Tourinho, 2012).

Essa observação corrobora os resultados de Batista e Noronha (2018) que, em revisão da literatura sobre os instrumentos de avaliação da RE, observaram divergências conceituais importantes. Contudo, de acordo com os autores, os modelos de Gross e John (2003) e Gratz e Roemer (2004) pareceram ser os mais aceitos pelos pesquisadores, principalmente, na construção de instrumentos. Em muitos países foram realizados estudos de validação com os

fundamentos teóricos desses instrumentos, na medida em que oferecem aporte teórico robusto e sistematizado para a compreensão e investigação do fenômeno.

Desta forma, sete dos estudos selecionados (Bahia et al., 2020; Curvello & Mendes, 2020; Fonseca et al., 2021; Macedo & Sperb, 2013; Ricarte et al., 2019; Souza et al., 2021; Suehiro et al., 2018) utilizaram o conceito de RE proposto por Gross (1998, 2015) e Gross e Thompson (2007). De acordo com esse modelo, a RE pode ocorrer em qualquer uma das etapas da experiência emocional: (a1) mundo → (b1) percepção → (c1) avaliação → (d1) ação → (a2) mundo. Tais etapas ocorrem de forma cíclica e contínua ao longo do tempo, uma vez que as experiências emocionais ativam simultaneamente diferentes sistemas de avaliação.

Outros três artigos (Baptista et al., 2021; Lima & Pacheco, 2018; Noronha et al., 2019) utilizaram não apenas um, mas um conjunto de modelos teóricos em seus estudos (Berking, Cuijpers & Hofmann, 2013; Gratz & Roemer, 2004; Thompson, 1994). A partir dessas concepções, os autores compreendem a autorregulação emocional como um construto multidimensional que, em linhas gerais, envolveria o monitoramento e avaliação da emoção, a compreensão da emoção e o uso de estratégias adequadas para modular a resposta emocional.

Por outro lado, Damásio e Semente Educação (2017), Heinen et al. (2021), Motta e Romani (2019) e Vieira et al. (2020) abordaram a RE como um dos componentes das habilidades socioemocionais. Para isso, utilizaram o termo autocontrole, proposto pelo *Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning* (CASEL), organização formada por pesquisadores que se dedicam à avaliação do impacto das habilidades socioemocionais ao longo do ciclo vital. De acordo com essa concepção, o autocontrole se referiria a capacidade de regular emoções e comportamentos, o que inclui adiamento de gratificação, controle de impulsos, perseverança frente a objetivos etc.

De forma semelhante, Costa e Fleith (2019) e Linhares e Martins (2015) concebem a RE como um importante elemento da autorregulação. Nessa perspectiva, o processo de RE corresponderia às habilidades e estratégias usadas para manejar, modular, inibir e melhorar a ativação emocional, como forma de oferecer suporte à adaptação de respostas socialmente adequadas (Calkins, 2009).

Já o estudo de Batista e Tourinho (2012), apresenta uma colocação interessante ao utilizar uma interpretação analítico-comportamental para o que denominaram autocontrole emocional. De acordo com os autores, os fenômenos emocionais seriam fenômenos comportamentais que envolvem uma interação entre respondentes e operantes, dos quais participam estímulos e/ou respostas encobertas que são produtos da seleção da filogênese, da ontogênese e da cultura, contendo graus variados de complexidade. Diante disso, concluem que

o autocontrole emocional consistiria em um padrão de comportamento modelado e mantido por contingências sociais.

Por fim, Gomes et al. (2018) abordam a RE como um componente das funções executivas. Nessa concepção, o processo regulatório ocorreria através de aspectos cognitivos e emocionais. Tais aspectos envolvem o monitoramento, o planejamento, a flexibilidade, o controle inibitório e a RE (Lezak, Howieson & Loring, 2004). As autoras evocam, assim, a concepção de Damásio (1994) de que as emoções estão ligadas aos nossos pensamentos e ações na medida em que a avaliação emocional auxilia na antecipação de consequências negativas nos processos de tomada de decisão.

Sendo assim, pode-se perceber que, embora haja diversos modelos teóricos que se debruçam sobre a compreensão do processo de RE, boa parte da literatura nacional utiliza ou faz referência aos modelos de Gratz e Roemer (2004), Gross (1998, 2007, 2015) e Gross e John (2003). A escolha por esses modelos parece se dar, em grande parte, pelo foco conceitual ser a própria RE e pela compreensão multidimensional do construto (Noronha et al., 2019). Além disso, tais teorias também forneceram base para a construção de instrumentos de avaliação da RE validados em diversos países (Batista & Noronha, 2018), oferecendo aporte teórico robusto e sistematizado para a compreensão e investigação do fenômeno.

Principais Resultados Encontrados nos Estudos

A partir dos estudos analisados, alguns resultados importantes sobre RE infantil foram encontrados. Dentre eles, a importância da RE em estados depressivos e em situações de exposição ao abuso sexual infantil. Estratégias inadequadas de RE se mostraram associadas tanto a expressão de sintomas depressivos em crianças quanto a exposição a situações de abuso sexual (Baptista et al, 2021; Lima & Pacheco, 2018; Fonseca et al., 2021).

Além disso, aspectos da parentalidade como a conversação familiar sobre as emoções, as estratégias de RE adotadas pelos cuidadores e o engajamento paterno apresentaram correlações positivas com a RE infantil (Bahia et al., 2020; Curvello & Mendes, 2020; Gomes et al., 2013; Macedo & Sperb, 2013), o que reforça o papel crucial exercido por cuidadores primários no processo de desenvolvimento da RE (Melim et al., 2019; Silva et al., 2018). Contudo, em revisão recente da literatura, não foram encontradas pesquisas brasileiras, nas bases de dados selecionadas, sobre como as estratégias maternas de regulação emocional impactam a regulação emocional de crianças (Souza et al., 2021), o que parece ser uma importante lacuna nos estudos nacionais sobre RE infantil.

Um outro aspecto investigado nos estudos foi a predição do desempenho acadêmico por variáveis cognitivas e socioemocionais. Nesse sentido, foi identificado que variáveis socioemocionais, dentre elas a RE, tendem a predizer de 49 a 90% do desempenho escolar (Costa & Fleith, 2019), além de apresentar correlações positivas com aspectos cognitivos e metacognitivos (Suehiro et al., 2018). No entanto, em uma intervenção de RE em escolas públicas, o aumento de RE se relacionou com o aumento das habilidades sociais, mas não com o desempenho acadêmico (Vieira et al., 2020), o que pode ser atribuído à presença de outras variáveis contextuais que podem contribuir para o processo de aprendizagem. De todo modo, é reforçada a importância de programas de intervenção em habilidades socioemocionais para maiores índices de RE infantil e apontada a prevalência desses programas nos Estados Unidos (Heinen et al. 2021; Motta & Romani, 2019).

Os demais estudos concentraram seus esforços na revisão ou na construção e validação de instrumentos para a avaliação da RE. O estudo de Batista e Noronha (2018) identificou que os modelos do *Emotional Regulation Questionnaire* (Gross & John, 2003) e do *Difficulties in Emotion Regulation Scale* (Gratz & Roemer, 2004) são os mais utilizados para avaliação da autorregulação. Já os estudos de Noronha et al. (2019), Damásio e Semente Educação (2017) e Ricarte et al. (2019), analisaram, respectivamente, características psicométricas da Escala de Autorregulação Emocional (EARE), da Bateria Semente de Avaliação de Habilidades Socioemocionais e do Inventário de Regulação Emocional para Situações de Aprendizagem, o que parece, novamente, apontar para os esforços de pesquisadores em desenvolver medidas fidedignas e válidas para investigação da RE de crianças brasileiras.

Sendo assim, os resultados descritos nos estudos analisados apontam que pesquisas sobre RE infantil ainda são escassas no Brasil, sendo necessária a ampliação de estudos nacionais, assim como o desenvolvimento de instrumentos de avaliação e de programas de intervenção em RE infantil. Por outro lado, é notório o crescimento do interesse de pesquisadores brasileiros pelo tema nos últimos anos, o que pode abrir caminhos importantes em direção à ampliação do conhecimento e contribuir para a busca de estratégias que facilitem seu desenvolvimento.

Considerações Finais

A partir da revisão realizada, pode-se levantar alguns pontos importantes em relação à literatura brasileira analisada sobre a RE infantil. Uma primeira consideração diz respeito ao pequeno número de estudos que possuem como foco a RE das crianças. Embora haja um esforço

crescente dos pesquisadores brasileiros para ampliação de estudos sobre o tema, poucas são as pesquisas que se debruçam sobre ele com a especificidade merecida. Além disso, a maioria destes estudos foi realizado com crianças a partir dos seis anos de idade, o que aponta para a importância da realização de novas pesquisas que investiguem a RE da criança em idade pré-escolar, na medida em que existem evidências de seu desenvolvimento desde os anos iniciais da vida (Rocha et al., 2018).

Um outro ponto importante está relacionado à utilização de diferentes nomes para se referir ao conceito de RE. Nesse sentido, sugere-se que estudos posteriores realizem uma revisão crítica da nomenclatura utilizada, a fim de analisar os problemas decorrentes do uso de diferentes expressões atribuídas a um mesmo fenômeno. Ademais, também é importante considerar a diversidade de modelos teóricos utilizados para compreensão da RE, o que resulta em uma heterogeneidade de métodos e instrumentos empregados para sua avaliação.

Embora não haja completo consenso, foi observado que boa parte da literatura nacional utiliza ou faz referência aos modelos que oferecem uma compreensão multidimensional do construto e que constituem a base teórica de instrumentos validados em diversos países para a avaliação da RE infantil (Gratz & Roemer, 2004; Gross, 1998, 2015; Gross & John, 2003; Gross & Thompson, 2007). Desse modo, escalas de heterorrelato têm se mostrado como uma importante forma de medida e a ampliação de pesquisas quantitativas se revelam essenciais para o crescimento do conhecimento sobre a RE de crianças brasileiras.

Por fim, os resultados dos estudos identificados endossaram aspectos importantes apontados pela literatura internacional. Tais aspectos envolvem a importância da RE tanto para prevenção e diminuição de estados depressivos e ansiosos (Khakpoor et al., 2019) quanto para o aprimoramento de habilidades sociais e melhor desempenho escolar (Vieira et al., 2020). Ademais, possíveis influências exercidas pelos cuidadores e pelo contexto no desenvolvimento da RE infantil também foram verificadas (Melim et al., 2019; Silva et al. 2018).

Sendo assim, pode-se observar que, embora ainda sejam escassos os estudos sobre RE infantil no contexto nacional, é notável o quanto o interesse de pesquisadores brasileiros sobre o tema vem se ampliando nos últimos anos. Uma evidência nesse sentido se encontra no fato de 15 dos estudos identificados terem sido publicados a partir de 2018. Tendo isso em vista, o cenário atual é animador, uma vez que essa tendência crescente possa abrir caminhos importantes em direção à ampliação do conhecimento sobre uma temática com essa relevância.

Referências

- Bahia, A. F., Martins, C. R., Bitencourt, A. C. N., Souza, A. R. V., Santana, C. S., Oliveira, E. R., Ramos, L. M., & Abreu, J. N. S. (2020). #ficaemcasa?: aumento da regulação emocional de crianças na pandemia da covid-19. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(2), 232-242. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20200023>
- Baptista, M. N., Oliveira, K. L., Beluce, A. C., Peixoto, E. M. (2021). Depressão, ansiedade, autorregulação emocional, percepção do suporte social e familiar em escolares. *Refacs. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 9(1), 18-28. <http://dx.doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5194>
- Batista, H. H. V., & Noronha, A. P. P. (2018). Instrumentos de Autorregulação Emocional: Uma Revisão de Literatura. *Avaliação Psicológica*, 17(3), 389-398. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2018.1703.15643.12>
- Batista, J. R., & Tourinho, E. Z. (2012). Interpretação Analítico-Comportamental do Autocontrole Emocional. *Interação Psicol.*, 16(2), 249-259. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v16i2.16884>
- Berking, M., Ebert, D., Cuijpers, P., & Hofmann, S. G. (2013). Emotion-regulation skills training enhances the efficacy of cognitive behavioral therapy for major depressive disorder: a randomized controlled trial. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 82(4), 234-245. <http://dx.doi.org/10.1159/000348448>
- Calkins, S. (2009). Regulatory competence and early disruptive behavior problems: The role of physiological regulation. In S. L. Olson & A. J. Sameroff (Eds.), *Biopsychosocial regulatory processes in the development of childhood behavioral problems* (pp. 86-115). Cambridge University Press.
- Costa, B. C. G., & Fleith, D. S. (2019). Prediction of Academic Achievement by Cognitive and Socio-emotional Variables: A Systematic Review of Literature. *Temas em Psicologia*, 27(4), 977-991. <http://doi.org/10.9788/TP2019.4-11>
- Curvello, R. P., & Mendes, D. M. L. F. (2020). Estratégias de regulação emocional de pais: uma revisão da literatura. *Psicologia Clínica*, 32(2), 231-250. <http://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A02>
- Damásio, A. (1994). *Descartes' error: Emotion, reason and the human brain*. Putnan Pub Group.

- Damásio, B., & Semente Educação, G. (2017). Mensurando habilidades socioemocionais de crianças e adolescentes: Desenvolvimento e validação de uma bateria (nota técnica). *Temas em Psicologia*, 25(4), 2043-2050. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.4-24Pt>
- Fonseca, A. C. S., Ferreira, L. S., Zimmer, M., & Paludo, S. S. (2021). Afeto e Regulação Emocional entre Crianças Com e Sem Histórico de Abuso Sexual Infantil. *Contextos Clínicos*, 14(2), 487-510. <https://doi.org/10.4013/ctc.2021.142.06>
- Gomes, J. S., Simonetti, L., & Maidel, S. (2018). Funções executivas e regulação cognitivo-emocional: conexões anatômicas e funcionais. *Revista de Ciências Humanas*, 52, 1-11. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2018.e42170>
- Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., & Brigas, M. (2013). O Engajamento Paterno como Fator de Regulação da Agressividade em Pré-Escolares. *Paidéia*, 23(54), 21-29. <https://doi.org/10.1590/1982-43272354201304>
- Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: Development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. *Journal Of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26, 41-54. <https://doi.org/10.1007/s10862-008-9102-4>
- Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. *Review of General Psychology*, 2(3), 271-299. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.2.3.271>
- Gross, J. J. (2015). Emotion Regulation: Current Status and Future Prospects, *Psychological Inquiry*, 26(1), 1-26. <https://doi.org/10.1080/1047840X.2014.940781>
- Gross, J. J., & John, O. P. (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 348-362. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.348>
- Gross, J. J. (2007). Emotion regulation: Conceptual foundations. In J. J. Gross (Ed.). *Handbook of emotion regulation*. Guilford Press. (pp. 3-20).
- Heinen, M., Souza, K. R. V., Deluca, V., Gusmão, M., & Oliveira, M. S. (2021). Protocolo preventivo da terapia de regulação infantil: estudo piloto no ambiente escolar. *Psico*, 52(4), e36589. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2021.4.36289>
- Holodynski, M., & Friedlmeier, W. (2010). *Development of emotions and emotion regulation* (translation by J. Harrow). Springer.
- Khakpoor, S., Saed, O., & Kian, A. A. (2019). Emotion regulation as the mediator of reductions in anxiety and depression in the Unified Protocol (UP) for transdiagnostic treatment of emotional disorders: double-blind randomized clinical trial. *Trends Psychiatry Psychother*, 41(3), 227-236. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-6089-2018-0074>

- Lezak, M. D., Howieson, D. B., & Loring, D. W. (2004). *Neuropsychological assessment*. Oxford University Press (Fourth Edition).
- Lima, L. B., & Pacheco, J. T. B. (2018). Sintomas depressivos, autorregulação emocional e suporte familiar: um estudo com crianças e adolescentes. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(3), 132-148. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n3suplp132>
- Linhares, M. B., & Martins, C. B. (2015). O processo da autorregulação no desenvolvimento de crianças. *Estudos de Psicologia*, 32(2), 281-294. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200012>
- Macedo, L. S. R., & Sperb, T. M. (2013). Regulação de Emoções na Pré-Adolescência e Influência da Conversação Familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 133-140. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200002>
- Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2020). Dimensões Negativas da Coparentalidade e Sintomas Internalizantes: A Regulação Emocional como Mediadora. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(e35nspe12), 1-9. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe12>
- Melim, B., Matias, M., Ferreira, T., & Matos, P. M. (2019). Parent's and Children's Emotion Regulation and the Work-Family Interface. *Journal of Marriage and Family*, 81(5), 1110-1125. <https://doi.org/10.1111/jomf.12597>
- Motta, P. C., & Romani, P. F. (2019). A educação socioemocional e suas implicações no contexto escolar: uma revisão de literatura. *Psicologia da Educação*, 49, 49-56. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20190018>
- Noronha, A. P. P., Baptista, M. N., & Batista, H. H. V. (2019). Initial psychometric studies of the Emotional Self-Regulation Scale: Adult and child-youth versions. *Estudos Psicológicos*, 36, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e180109>
- Ricarte, M. D., Silva, F. M. F., & Bueno, J. M. H. (2019). Analysis of the Emotion Regulation Inventory through IRT. *Psico-USF*, 24(2), 337-347. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240210>
- Rocha, A. M., Candeias, A. A., & Silva, A. L. (2018). Regulação das emoções na infância: Delimitação e definição. *Psychologica*, 61(1), 7-28. https://doi.org/10.14195/1647-8606_61-1_1
- Silva, E., Freire, T., & Faria, S. (2018). The Emotion Regulation Strategies of Adolescents and their Parents: An Experience Sampling Study. *Journal of Child and Family Studies*, 27, 1774-1785. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1015-6>
- Souza, A. B. M., Mendes, D. M. L. F., & Kappler, S. R. (2021). Estratégias de regulação emocional maternas e de crianças: revisão da literatura. *Gerais: Revista*

- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Suehiro, A. C. B., Boruchovitch, E., & Schelini, P. W. (2018). Estratégias de aprendizagem e a regulação da emoção no ensino fundamental. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(3supl), 90-111. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n3suplp90>
- Thomas, J. C., Letourneau, N., Campbell, T. S., Tomfohr-Madsen, L., & Giesbrecht, G. F. (2017). Developmental origins of infant emotion regulation: Mediation by temperamental negativity and moderation by maternal sensitivity. *Developmental Psychology*, 53(4), 611-628. <https://doi.org/10.1037/dev0000279>
- Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2-3), 25-52. <https://doi.org/10.2307/1166137>
- Vieira, N. S. C., Prette, Z. A. P. D., Oliveira, A. M., Ribeiro, D. F., Silva, S. F., Raimundo, E. M., Teodoro, S. C., Freitas, L. C., & Guerra, L. B. (2020). Effects of a Preventive Intervention of Emotional Regulation in the School Context. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(e3639), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3639>
- Vitorino, A. R. M. M. & Machado, M. T. M. C. S. (2018). *Relações entre estratégias de regulação emocional e bem-estar psicológico, satisfação com a vida e esperança nos adolescentes*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/85368>